



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



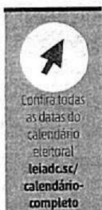
Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

20 de julho de 2016

Dada a largada para as convenções partidárias / Candidaturas / Coligações / Santa Catarina / Tribunal Superior Eleitoral / Blumenau / Chapecó / Itajaí / Criciúma / Joinville / Lages / Florianópolis / UFSC / Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

DADA A LARGADA PARA AS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

O PRAZO PARA oficialização das candidaturas começa hoje, mas as decisões só devem sair no início de agosto. Ritmo das negociações para formação das chapas e das coligações está intensificado nas sete cidades polo de Santa Catarina



ROELTON MACIEL, DARCI DEBONA, LARIANE CAGNINI, LEANDRO JUNGES, DAGMARA SPAUTZ E JEAN LAURINDO

O prazo para a realização das convenções partidárias começa hoje com muitas definições em aberto. Com exceções de pré-candidaturas a prefeito lançadas, ainda falta a escolha dos vices e o fechamento de

coligações nas cidades-polo: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Itajaí, Criciúma, Lages e Chapecó. O período, estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral, segue até dia 5 de agosto e grande parte dos partidos deve deixar para reunir os filiados e oficializar os candidatos no início do próximo mês.

Em Florianópolis, apenas PMDB, PSB e PSD já definiram datas para as

convenções. A situação reforça a incerteza do quadro a ser montado para outubro. Situação parecida ocorre em Joinville, onde seis partidos devem deixar as convenções apenas para agosto.

Em Criciúma, os cabeças de chapa e candidatos a vice já estão praticamente certos. Itajaí e Chapecó ainda têm cenários de dúvidas. Lages é um caso à parte: a lista de possíveis

pré-candidatos soma pelo menos 15 nomes e há grande margem para especulações.

Os blumenauenses ainda terão de esperar alguns dias para conhecerem com clareza as peças do tabuleiro eleitoral. Embora alguns partidos já tenham a situação encaminhada, a maioria deve deixar os encontros que vão sacramentar as coligações para os últimos dias do prazo.

BLUMENAU

O PSDB do prefeito Napoleão Bernardes, que busca a reeleição, ganhou o apoio oficial do DEM. O presidente da Câmara de Vereadores Mário Hildebrandt (PSB) deve ser anunciado como vice da chapa. No PSD, a candidatura a prefeito do deputado estadual Jean Kuhlmann (PSD) está muito próxima de atrair o comunicador Alexandre José (PRB). A definição passa por um posicionamento da executiva nacional do PRB, que pode sair até o fim desta semana. A confirmação de aliança com o PRB deve levar também o apoio de PPS, PSC, PRB e PSL. A convenção do PSD, no entanto, deve ocorrer apenas entre 30 de julho e 5 de agosto.

Se a direção nacional do partido considerar importante manter o projeto de candidatura (de Alexandre José), precisaremos de um aporte financeiro. Caso contrário o caminho natural deve ser a aliança com Jean (Kuhlmann), até porque já estivemos juntos com o PSD em outras eleições — conta o presidente do PRB de Blumenau, Walter Salvador.

No PSD, o clima ainda é de mistério sobre a confirmação do vice. Um dos fatores que aumentam a aproximação entre PSD e PRB é candidatura própria do PMDB, que aposta no médico Marcelo Lanzarin (PMDB) após ocupar apenas vagas de vice nas últimas três eleições. O partido deve fazer a convenção já no

dia 29 para confirmar o posicionamento. O vice, segundo o presidente do diretório peemedebista, Ericson Luef, pode sair do partido ou de algum aliado. O PDT deve ratificar a candidatura do vereador Ivan Naatz a prefeito, com apoio do PPL. No PT, o professor Valmor Schiochet tende a ser confirmado como candidato a prefeito. Mesma situação ocorre no PCdoB, com o comunicador Arnaldo Zimmermann. Nos últimos dias, houve aproximação entre PT e PCdoB. O PSOL, que no mês passado teve a desistência da pré-candidata Geórgia Faust Martins, é especulado para apoiar, mas cogita apresentar um nome para a disputa majoritária.

OS COTADOS

- Jean Kuhlmann (PSD)
- Mário Hildebrandt (PSB)
- Alexandre José (PRB)
- Marcelo Lanzarin (PMDB)
- Ivan Naatz (PDT)
- Valmor Schiochet (PT)
- Arnaldo Zimmermann (PCdoB)

CHAPECÓ

Em Chapecó existem cinco pré-candidaturas anunciadas. Uma delas é da situação, com Luciano Buligon (PSB), eleito como vice de José Cláudio Caramori (PSD) e que assumiu a prefeitura quando este foi para o Badesc no ano passado. Buligon foi eleito pelo PMDB, mas migrou para o PSB. Falta definir o vice. O empresário Plínio David De Nês Filho (DEM) foi apontando como o favorito, mas ainda não confirmou se aceita. Se ele não aceitar, os demais partidos da coligação tentarão o vice. Além do DEM os apoiadores são o PSD, PP, PR, PTB, PRB, PSL e Solidariedade.

Da oposição, o primeiro nome a se lançar foi o deputado estadual César Valduga (PCdoB). Já foi o vereador

mais votado na cidade e sonhava ser o nome que aglutinaria a oposição. Tradicionalmente, o PCdoB apoiava o PT, mas agora pretende ir em carreira solo.

O PMDB vem namorando com o PCdoB há um bom tempo, mas uma ala do partido defende a candidatura própria. O ex-reitor da UnoChapecó Gilberto Agnolin (PMDB) é o nome escolhido como pré-candidato para disputar a prefeitura.

O PT, que foi governo de 1997 a 2004, lançou a deputada estadual Luciane Carminatti para tentar quebrar a hegemonia da atual administração. O PT também tenta unir a oposição.

A pré-candidatura do empresário Gui Pereira (PDT) reúne um grupo de

partidos que se uniram: PSDC, PPS, PPL, PV, PT do B, PTC, PRTB, Rede, PSC e PTN. Este grupo abre mão da cabeça de chapa por uma coligação. O que está definido é que eles serão um bloco de oposição. Se o PMDB coligar com o PCdoB é provável que façam a composição com o PT, indicando o vice.

Nesta semana houve uma reunião com os quatro candidatos de oposição, para ver se há possibilidade de candidatura única. Mas a maior dificuldade é encontrar alguém disposto a abrir mão da cabeça de chapa. Outra indefinição é o sobre o PSDB. Há possibilidade de se unir ao grupo de Buligon ou entrar numa chapa de oposição.

OS COTADOS

- Luciano Buligon (PSB)
- César Valduga (PCdoB)
- Gilberto Agnolin (PMDB)
- Luciane Carminatti (PT)
- Gui Pereira (PDT)



Veja análises do repórter de política Upiara Bosch. [leiadsc.com/opinio_upiara](#)

ITAJAÍ

A disputa eleitoral em Itajaí ganhou novos contornos após a desistência de Paulo Bornhausen (PSB) e de o ex-deputado Décio Lima (PT) ter sinalizado com a possibilidade de não concorrer. Novos nomes surgiram e a polarização foi por terra. A cidade tem hoje pelo menos três pré-candidatos confirmados – a vereadora Anna Carolina Martins (PSDB), o ex-deputado Volnei Morastoni (PMDB) e o advogado João Paulo Tavares Bastos (PP) – e a possibilidade de uma candidatura do PT, que ainda não confirmou se terá à frente o próprio Décio ou o ex-vereador João Vechi.

Morastoni é o nome mais tradicional na política itajaiense na disputa. Ex-prefeito, ex-deputado estadual, deixou no ano passado o PT para ingressar no PMDB com status de

pré-candidato e a bênção da executiva estadual. O nome mais cotado para ser vice dele é o do vereador Maurílio Moraes (PR), mas o partido também conversa com PDT e PPS.

A vereadora Anna Carolina Martins faz forte oposição ao governo Jandir Bellini e foi indicada pelos tucanos. O PSDB já firmou com PTN, PSC, Rede, PSL, PTB, PRB, PTC, DEM e PCdoB. O novato no cenário é João Paulo Tavares Bastos. O candidato do prefeito Jandir Bellini (PP) é ex-presidente da subseção Itajaí da OAB e estreia na política. O nome do ex-vereador Nikolas Reis (PDT) era cotado para vice, mas as conversas permanecem abertas, até porque o partido de Nikolas também negocia com o PMDB.

PSB, PSD, PRB e PROS firmaram apoio ao projeto, e o PP mantém negociações abertas com PV e PPS.

OS COTADOS

- Décio Lima (PT)
- Anna Carolina Martins (PSDB)
- Volnei Morastoni (PMDB)
- João Paulo Tavares Bastos (PP)
- João Vechi (PT)

JOINVILLE

Em busca de aliados e de vices, os partidos deixaram interlocutores em campo até os 45 minutos do segundo tempo do período dedicado às convenções. Dos nove partidos que têm pré-candidatos à prefeitura, PT, PMDB, PP, PSD, PSDB e PDT devem realizar as convenções na primeira semana de agosto e cogitam a data do dia 4.

A candidatura à reeleição de Udo Döhler (PMDB) ainda não tem vice e está à espera de apoio de partidos como PSB, PPS, PR, PSC, PV e PCdoB. Outros dois ex-prefeitos que estão no páreo são Marco Tebaldi (PSDB) e Carlito Merss (PT). Os tucanos têm nomes mapeados para formar a chapa e uma mulher é a preferência.

Enfrentando um dos momentos

mais difíceis de sua história, o PT pode ficar sozinho na disputa e uma das hipóteses mais comentadas é a chapa Carlito e Ivan Macieski, padre com participação marcante na comunidade da zona Norte da cidade.

— Vamos deixar para a última hora. Todo mundo vai fazer isso, porque até o último momento pode acontecer alguma mudança — disse João Batista Souza, presidente do PT.

Com o apoio do governador Raimundo Colombo, o deputado estadual Darci de Matos (PSD) também quer PSB, PR e PDT, que tem como pré-candidato o ex-vice prefeito de Marco Tebaldi, Rodrigo Bornholdt. O candidato do PP, Dr. Xuxo, que quase chegou à Câmara dos Deputados, dificilmente deixará de concorrer.

OS COTADOS

- Udo Döhler (PMDB)
- Dr. Xuxo (PP)
- Carlito Merss (PT)
- Marco Tebaldi (PSDB)
- Rodrigo Bornholdt (PDT)
- Darci de Matos (PSD)
- Ivan Rocha (PSOL)
- Marcos Soares (PEN)
- Valmir Santhiago Jr. (REDE)

FLORIANÓPOLIS

Pontos de interrogação vão permanecer sobre a maioria das coligações em Florianópolis até as vésperas do prazo-limite para a realização das convenções partidárias, dia 5 de agosto. Quem sai na frente nas convenções é o PSB, partido do ex-secretário de Planejamento do governo Colombo, Murilo Flores. O nome dele será confirmado como o pré-candidato a prefeito da legenda amanhã. O vice da chapa ainda é incerto. O PMDB, do pré-candidato e deputado estadual Gean Loureiro, também tem data definida: a convenção do partido será no dia 31. Ex-secretário municipal de Educação e ex-reitor da UFSC, Rodolfo Pinto da Luz deve ser oficializado como candidato a prefeito do PSD dia 5 de agosto. O candidato natural do partido era o prefeito Cesar Souza Junior, que anunciou desistência em junho. Mas ontem ainda pairavam no ar boatos de que ele voltaria à disputa. O partido nega.

Outras legendas ainda não definiram os dias e devem formalizar nomes e coligações em cima da hora. Uma das maiores indefinições paira sobre a participação do PSDB na disputa. Marcos Vieira é o pré-candidato tucano à prefeitura, mas os planos podem mudar caso alguma coligação de peso seja costurada nos próximos dias.

Tercera mais votada nas eleições de 2012 na Capital, a deputada federal Angela Albino (PCdoB) tem chance de fortalecer a candidatura própria caso atraia outros partidos, não só os de esquerda, ao seu projeto de campanha. O nome da deputada, no entanto, é cobijado por outras alianças em construção – movimentações que podem também impactar nos planos de Elson Pereira (PSOL) e Gabriel Kazapi (PT), ambos pré-candidatos. A lista de preferíveis da Capital ainda inclui Angela Amin (PP) e Ildo Rosa (PPS).

OS COTADOS

- Gean Loureiro (PMDB)
- Angela Amin (PP)
- Angela Albino (PCdoB)
- Elson Pereira (PSOL)
- Gabriel Kazapi (PT)
- Ildo Rosa (PPS)
- Murilo Flores (PSB)
- Rodolfo Pinto da Luz (PSD)
- Marcos Vieira (PSDB)

CRICIÚMA

Quatro chapas caminham para a disputa pelo Executivo. O atual prefeito Márcio Búrgio (PP) deve ter como vice Acélio Casagrande (PMDB). Já o vice-prefeito e presidente do PSDB, Verceli Coral, indica que o partido vai com chapa pura, composta por Clésio Salvaro, ex-prefeito de Criciúma, e pelo vereador Ricardo Fabris. Coral e Búrgio já atuam como rivais criticando abertamente a atuação um do outro na gestão da cidade.

O PT, que também deve ter chapa pura, vai definir o candidato a vice de Fábio Brezola na convenção dia 31. Alguns nomes já estão em discussão dentro do partido, e Brezola adianta que o vice deve ser alguém de fora do meio político, capaz de agregar outras esferas da sociedade e abrir espaço para o partido dialogar.

Entre as primeiras coligações a serem definidas dentro do cenário político de Criciúma, PSB e PSD estão fechados. Cleiton Salvaro (PSB), primo do ex-prefeito e também candidato Clésio, terá a vereadora Tati Teixeira (PSD) como vice. Ela foi a mais votada no município e está em seu segundo mandato. O PDT se manterá na aliança com Márcio Búrgio. A perspectiva é consolidar a aliança com PP, PMDB, PDT, PCdoB, PPS, PSC e PRB no dia 30 de julho.

LAGES

O que não falta é pré-candidato a prefeito em Lages. Entre nomes já anunciados e especulados, a lista soma 15 opções, mas é certo que o leque de preferíveis vai se fechar nos próximos dias, na medida em que os partidos formalizarem coligações antes ou nos atos das convenções. Ontem mesmo o ex-vereador Marcíus Machado (PR) e Andréia Strasser (PDT) anunciaram parceria. Nos próximos dias também será conhecido o pré-candidato a vice do atual prefeito Elizeu Mattos (PMDB). O atual vice, Toni Duarte, é cotado para candidatura própria. Embora não confirme, a deputada federal Carmen Zanotto também é apontada como opção para o PPS, cenário que daria nova arquitetura à disputa. Indefinição também afeta os planos do PSDB para as eleições: o empresário da comunicação Roberto Amaral, que já falava na condição de pré-candidato do partido, nos últimos dias passou a enfrentar a concorrência interna do empresário do setor imobiliário Dilmar Monarín. A relação entre os dois está estremeçada. O PSDB deverá bater o martelo e decidir por um nome na convenção aguardada para o próximo dia 5.

Derrotado por uma margem mínima nas últimas eleições municipais, o ex-deputado Antônio Ceron (PSD) estará novamente na disputa, com um vice ainda não definido – a convenção do partido deve ficar para o dia 5. Arnaldo Moraes (PP) também fala como pré-candidato e não aceitaria ser vice de outro postulante ao governo.

OS COTADOS

- Márcio Búrgio (PP)
- Clésio Salvaro (PSDB)
- Fábio Brezola (PT)
- Cleiton Salvaro (PSB)

OS COTADOS

- Anilton Freitas (PIB)
- Antônio Ceron (PSD)
- Antônio Chaves (PEN)
- Arnaldo Moraes (PP)
- Carmen Zanotto (PPS)
- Cel. Crisóstomo (PRB)
- Dilmar Monarín (PSDB)
- Domingos Valente (PV)
- Elizeu Mattos (PMDB)
- Marcíus Machado (PR)
- Mário Hoeller Souza (PSB)
- Professor Rodrigues (PT)
- Roberto Amaral (PSDB)
- Sérgio Godinho (PRT)
- Toni Duarte (PPS)

Rombo milionário / Educação / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Conta de energia elétrica / Bolsas de auxílio estudantil / Curso de Medicina / Florianópolis / Governo federal / José Mendonça Filho / Lei Orçamentária / Curitibanos / Araranguá / Programa Mais Médicos / Colégio de Aplicação / Ponto eletrônico / Ministério Público Federal / MPF / Vladimir Artur Fey / Reestruturação e Expansão das Universidades Federais / Reuni / Serviços terceirizados / Diretório Central dos Estudantes / DCE / Plínio Oliveira Filho / Orçamento / Plano Nacional de Assistência Estudantil / Crise econômica / Ministério do Planejamento / Unisul / Roselane Neckel / Brasília / MEC / Lúcia Pacheco / Luis Carlos Cancellier de Olivo

NOTÍCIAS | EDUCAÇÃO

ROMBO MILIONÁRIO

MESMO COM A LIBERAÇÃO de R\$ 14 milhões para a UFSC, anunciada ontem pelo ministro da Educação em visita ao Estado, principal universidade de Santa Catarina acumula déficit de R\$ 40 milhões nas contas para custeio de estrutura e investimentos

LARISSA LINDER
larissa.linder@diariocatarinense.com.br

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem feito escolhas difíceis nos últimos meses: pagar a conta de energia elétrica ou as bolsas de auxílio estudantil? Comprar um edifício para o curso de Medicina no interior do Estado ou desistir, pelo menos por enquanto, da aquisição? Equilibrar os débitos da instituição não tem sido fácil, especialmente porque falta o principal, dinheiro. O déficit já alcança R\$ 40 milhões.

Pelo menos desde 2014, a universidade enfrenta dificuldades com a liberação de verba do governo federal. O ano de 2016, por exemplo, já começou com um débito de R\$ 11,4 milhões só de custeio. Essa dívida é de contas de energia elétrica e de serviços terceirizados que não foram pagos no ano passado. Não entra nesse cálculo os valores deste ano, que já estão atrasados. Em visita a Florianópolis ontem, o ministro da Educação, José Mendonça Filho, anunciou a liberação de R\$ 14 milhões à UFSC, valor que ajuda, mas não resolve o problema das contas.

Com um custo previsto de despesas correntes de R\$ 170 milhões para 2016, mais R\$ 43 milhões para investimentos, como construção de novos prédios -, a principal universidade do Estado obtém um orçamento de R\$ 167 milhões da União, valor que já inclui esses R\$ 14 milhões anunciados. Só por aí, a conta já não fecha. Se considerar o que está em atraso, a situação piora.

Os R\$ 167 milhões aprovados na lei orçamentária não significam que a universidade está com esse dinheiro na conta. Isso porque o governo federal segura - contingência - a verba e vai liberando gradativamente, conforme julgar melhor.

Uma série de obras, contudo, estão no papel, paradas ou andando lentamente. Um exemplo são os cursos de Medicina previstos para Curitibanos e Araranguá dentro do programa Mais Médicos, do governo federal. Entre 2014 e 2016, o investimento previsto era de R\$ 20 milhões. Nada foi executado.

Além de uma lista extensa de construções, outros investimentos estão sendo deixados de lado. Desde uma simples obra de acessibilidade no colégio de Aplicação até a atualização da tecnologia da informação (TI) de toda a instituição. Algumas dessas são, inclusive, exigências legais, como a implantação do ponto eletrônico, exigida pelo Ministério Público Federal (MPF).

Para o Secretário de Planejamento e Orçamento da UFSC, professor Vladimir Artur Fey, a federal tem seu orçamento sufocado há décadas. Com aumento expressivo no número de alunos e de cursos - por conta do Reestruturação e Expansão das

Somando os campi de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville, a UFSC tem

46.251
Estudantes

5.615
Servidores

Universidades Federais (Reuni) - a instituição também precisa crescer. Mas, na opinião de Fey, houve um descompasso entre políticas públicas e orçamento.

As cotas, por exemplo, são um ganho inegável para a sociedade. O processo de inclusão era algo que tinha que ser feito. Mas a verba repassada não deu conta da ampliação - opina.

Além do crescimento no número de alunos e cursos, a terceirização é mais um problema para a universidade, que passa a ter uma conta a mais para pagar. Enquanto os servidores são pagos pelo Tesouro Nacional, os serviços terceirizados entram na pilha de contas da instituição. À medida que os trabalhadores vão se aposentando e sendo substituídos por terceirizados, esse débito só cresce.

ESTUDANTES BUSCAM SOLUÇÕES PARA CRISE

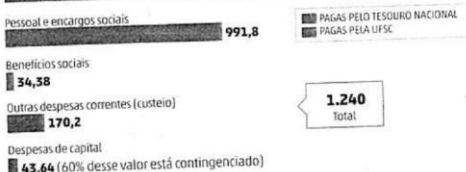
As diretorias de centros e alunos têm planejado medidas para reduzir as despesas. Para a economia de energia elétrica, foi criada uma campanha. Em virtude da redução de terceirizados para a limpeza, também foi realizado uma ação junto aos estudantes para auxiliar no trabalho de limpeza dos ambientes.

De acordo com o coordenador geral do Diretório Central Estudantil (DCE), o estudante de Medicina Plínio Oliveira Filho, há uma compreensão das dificuldades enfrentadas pela universidade e a vontade de colaborar.

- Nossa visão é de que é preciso buscar soluções pragmáticas. Se for o caso de o setor privado entrar na universidade para, na outra ponta, ter mais dinheiro que vai auxiliar na permanência de alunos, temos que entender como algo benéfico - diz o estudante.

Segundo Plínio, o DCE tem buscado parcerias com o setor privado para fazer a carteirinha de estudante e promover obras de acessibilidade nos prédios.

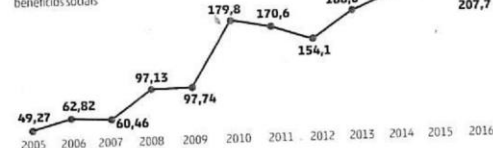
DESPESAS EM 2016 (EM MILHÕES DE R\$)



CUSTOS X ALUNOS

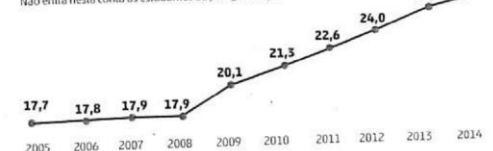
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA CUSTEIO E INVESTIMENTOS (EM MILHÕES DE R\$)

Não entram nesta conta o gasto com o funcionalismo e os benefícios sociais



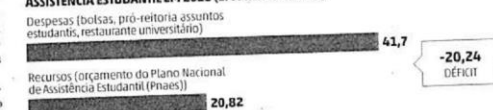
NÚMERO DE ALUNOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO (EM MIL)

Não entra nesta conta o estudantes de pós-graduação

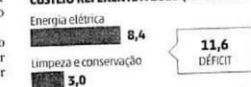


PRINCIPAIS DÍVIDAS

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM 2016 (EM MILHÕES DE R\$)



CUSTEIO REFERENTE A 2015 (EM MILHÕES DE R\$)



“Cortes permearam governos FHC, Lula e Dilma”

Dado o contexto atual de crise econômica, que saída as universidades federais têm?

A falta de recursos, faz algum tempo, tem levado muitas universidades públicas a venderem serviços públicos, o que pode representar uma saída para determinados nichos dentro delas (áreas tecnológicas), mas não é sustentável para a maioria dos cursos. As instituições estão reduzindo custeio, o que afeta as condições dos serviços prestados aos alunos e prejudica a pesquisa e extensão.

Apesar de vivermos um momento difícil, na sua opinião, é o caso de fazer cortes em áreas sensíveis como educação?

Os cortes têm acontecido de forma mais aguda em todas as universidades. Não domino o orçamento específico da UFSC. Em momentos de crise, a distância entre orçado e executado aumentou, via contingenciamento de recursos pelo Ministério do Planejamento. Foi uma opção de prioridade, visando manter um nível aceitável

(para o mercado) de pagamento da dívida pública. Certamente tal corte prejudicou e muito o custeio da UFSC.

Há cerca de uma década, por conta especialmente da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), as instituições se expandiram. Houve um descompasso entre políticas públicas e orçamento/planejamento?

O Reuni garantiu uma expansão de vagas, mas isso aconteceu de forma muito diferenciada por todo o país. Ampliaram-se vagas em troca de resolução de problemas estruturais antigos, mas muitas vezes tal expansão foi também pela otimização

dos espaços existentes, especialmente com ensino noturno. Não acho que o maior problema tenha sido falta de capacidade de execução, mesmo que possa ter ocorrido pontualmente. Entre a aprovação orçamentária e a liberação há uma via-crucis proposital, atrasos proposital, dificuldades burocráticas, tudo para inviabi-

lizar que os órgãos públicos gastem todo o dinheiro liberado. O Reuni expandiu, mas num formato inferior em termos de custos praticados anteriormente. Forçou a uma adaptação de padrão dentro das universidades. Um subproduto desta expansão é que o valor por aluno no ensino federal caiu ou ficou estável na década.

Com as terceirizações e o aumento de alunos sem aumento proporcional de orçamento, gestores da universidade afirmam que há um estrangulamento do orçamento das federais. Qual sua opinião a respeito?

Concordo. No fundo, todas as medidas de contenção partem de uma visão que permeou os governos FHC, Lula e Dilma de que as universidades eram caras e que poderiam fazer mais com menos. Infelizmente. O estrangulamento significa aumento da pressão por privatizações internas – taxas, cobranças de mensalidades para cursos de especialização, mestrado e doutorado, dependência de programas federais para qualquer atividade de pesquisa. E, com isso, cresce a pressão por entrega de parcelas dos serviços públicos para o setor privado.

Medicina em Araranguá virou sonho

Em 2014, os moradores de Araranguá e região receberam a boa-nova: iriam contar com um curso de Medicina da UFSC na cidade. A promessa veio no âmbito do programa Mais Médicos, do governo federal, coordenado no Estado pela universidade. Com pouco mais de 60 mil habitantes, a novidade teria enorme impacto para o município. A história, porém, não foi tão fácil assim.

Para receber o novo curso, no ano passado a UFSC anunciou a compra de um prédio da Unisul – já utilizado em parte pela universidade federal ao custo de R\$ 30 mil de aluguel mensal. Para receber a nova graduação, a estrutura sofreria reformas. De acordo com a ex-vice reitora Lúcia Pacheco, já havia a expectativa de comprar o edifício pelo menos desde 2013, mas foi preciso aguardar a Unisul saldar uma dívida com a União.

Neste ano, em abril, a ex-reitora Roselane Neckel foi a Brasília para garantir a compra do imóvel. Saiu de lá com uma autorização extraorçamentária. Isso não significa que a universidade recebeu o dinheiro. Era um tipo de compromisso do MEC de que seriam reservados R\$ 8 milhões para a primeira parcela da compra (o valor total do imóvel era de R\$ 177 milhões).

Com o documento em mãos, Roselane assinou o contrato com a Unisul em 10 de maio. No dia seguinte, ela já não estaria mais na função. Luís Carlos Cancellier sentou na cadeira de reitor com essa conta para pagar.

– Pedimos a dotação orçamentária ao

MEC [o segundo passo para obter a verba após a autorização] mas não conseguimos. Não tínhamos como pagar essa conta, não sabíamos quando e se teríamos. Optamos por sentar e conversar com a Unisul para rescindir o contrato – disse o reitor.

Foi o que aconteceu. No dia 8 de junho, foi assinada a rescisão.

PROCESSO DE COMPRA É QUESTIONADO

Para Lúcia Pacheco, seria possível efetivar a compra se houvesse esforço.

– O processo de compra em um órgão público é uma coisa muito burocrática, desgastante e demorada. Mas é possível. Em contrapartida, o atual reitor argumenta que não poderia ter sido assinado um contrato tendo como base apenas um documento de autorização de orçamento.

– No mínimo, teriam que ter a dotação orçamentária em mãos. Mas o correto mesmo seria esperar o dinheiro chegar para, daí sim, assinar. Fizemos uma compra sem ter o dinheiro. Além disso, a compra não passou pelo conselho – acusa Cancellier.

Em 2013, a ex-reitora Roselane Neckel assinou um termo de ajuste de conduta (TAC) com o Ministério Público para garantir que, dali em diante, qualquer aquisição passaria pelo conselho.

A instalação dos cursos de medicina no interior de SC não está descartada. Mas, sem verba, não é possível prever quando haverá dinheiro para esse investimento.

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Como funciona o caminho do dinheiro dos cofres à universidade

1. ORÇAMENTO

Todo ano, é elaborado um projeto de lei orçamentária (PLO) para o ano seguinte. Nesse projeto, a universidade estipula o valor que irá precisar, dentro de um limite pré-estabelecido pelo MEC.

O PLO é, então, enviado para aprovação do Congresso Nacional, para se tornar Lei Orçamentária. Nesse processo, pode sofrer alterações. Foi o que aconteceu com a UFSC no ano passado. Entre o projeto e a Lei, foram cortados R\$ 11 milhões.

2. LIBERAÇÃO DE LIMITE DE EMPENHO

O dinheiro aprovado como orçamento não vai direto para o caixa da universidade. Ele é liberado gradativamente. O primeiro passo é a liberação do limite de empenho por parte do governo federal.

3. EMPENHO

Uma vez liberado o uso da verba, a universidade faz o empenho, ou seja, contrata e se compromete a pagar determinado serviço, como as empresas terceirizadas de limpeza.

4. EXECUÇÃO

Realização do serviço.

5. LIQUIDAÇÃO

Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siaf) de que a execução foi concluída.

6. PAGAMENTO

COM A PALAVRA, O MEC

1. Que critérios o MEC tem utilizado para fazer cortes ou contingenciar verba?

O MEC procura manter diálogo não só com a UFSC, mas com todos os dirigentes das instituições federais de ensino, para buscar soluções. Nas universidades e nos institutos federais, para se adequar ao ajuste realizado ao longo do último ano, o MEC priorizou as despesas de custeio. Assim, foram preservados, integralmente, os limites para empenho das despesas com: hospitais universitários, custeio da assistência estudantil e residência médica. Quanto às despesas relacionadas aos investimentos, estão sendo priorizadas as obras em fase mais avançada de execução.

2. Na formulação do projeto de lei orçamentária, o valor estipulado para a UFSC em 2016 era de R\$ 179 milhões. Contudo, no processo de aprovação, foram subtraídos R\$ 11 milhões. Qual foi a justificativa? E qual foi o critério desse corte?

É importante lembrar que todo o orçamento da União tem algum nível de contingenciamento, determinado pelo decreto nº 8.784/2016, em que é possível verificar os limites por órgão e tipo de despesa. O MEC está realizando uma análise cuidadosa do orçamento. É importante destacar ainda que a atual gestão recebeu o orçamento com um corte de R\$ 6,4 bilhões. No entanto, já foi possível recompor R\$ 4,7 bilhões de modo a minimizar qualquer prejuízo a políticas do ministério. Com relação a esse valor específico, a diferença é relacionada a ajuste na fonte de recursos, que inicialmente previa como fonte o Tesouro Nacional, e depois os mais de R\$ 10 milhões foram realocados na fonte de receitas próprias da instituição, permanecendo desta forma em favor da UFSC, mas dentro dos limites previstos pela Secretaria de Orçamento Federal.

3. Desde 2014, de acordo com a gestão anterior, a universidade vem sofrendo cortes. Por conta disso, obras tiveram seu ritmo reduzido ou foram paralisadas. Ou ainda nem começaram. Isso inclui, por exemplo, toda a infraestrutura para implantação de cursos de medicina no interior, no âmbito do programa Mais Médicos, que deveria ter iniciado em 2014. Neste caso específico, o orçamento (em torno de R\$ 20 milhões) foi contingenciado. Qual o motivo do contingenciamento? É possível termos uma previsão de quando haverá um descontingenciamento?

Enfatizamos que o contingenciamento é do orçamento da União como um todo, em razão da queda da arrecadação. A atual gestão recebeu o Ministério da Educação com dívidas de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, com atrasos de repasses, programas sobrepostos e ações pulverizadas que não apresentaram resultados satisfatórios. Isso atingiu, também, as universidades, que contam atualmente com 830 obras, das quais 612 estão em execução e 218 paralisadas (em 41 universidades).

Diário Catarinense

Capa

“Verba liberada por ministro cobre só 35% do rombo da UFSC”

Verba liberada por ministro cobre só 35% do rombo da UFSC / Mendonça Filho / Educação



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[**Cinco concursos públicos oferecem mais de 500 vagas de emprego em SC**](#)

[**UFSC está entre as 70 universidades mais bem conceituadas dos BRICS**](#)

[**Inauguradas as instalações do packing house da Cooperpomares em Monte Castelo**](#)

[**UFSC abre concurso com dez vagas para Curitibanos**](#)

[**Santa Catarina tem 12 locais de treinamento pré-Jogos Olímpicos**](#)

[**Emergência para adultos do HU em Florianópolis é fechada nesta quarta**](#)

Festival Estadual Nossa Arte
Recursos liberados para UFSC cobrem somente 35% do rombo na
instituição

Emergência adulta do Hospital Universitário fecha por superlotação